

Contabilidade Pública



Ativo Imobilizado

NBC TSP 07



MCASP e NBC TSP 07 – ATIVO IMOBILIZADO

A Normatização dos procedimentos contábeis relativos ao ativo imobilizado foi elaborada em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.

Os procedimentos do MCASP (aplicados o imobilizado) aplicam-se ao ativo imobilizado com exceção dos ativos biológicos, produtos agrícolas, direitos minerais e reservas minerais tais como petróleo, gás natural e recursos não regenerativos semelhantes. A exceção não se aplica aos ativos imobilizados utilizados para desenvolver ou manter esses ativos, os quais deverão observar os procedimentos aqui descritos.



Os procedimentos de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados devem ser aplicados também para bens do patrimônio cultural que possuem, além de seu valor cultural, benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. É o caso, por exemplo, de um prédio histórico usado como escritório.



Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. Ao final de cada exercício financeiro recomenda-se que a entidade realize a revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo. Ao fim da depreciação e da exaustão o valor líquido contábil deve ser igual ao valor residual.



DEFINIÇÕES

Ativo Imobilizado

É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício).



DEFINIÇÕES

Bens Móveis

Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros.



DEFINIÇÕES

Bens Imóveis

Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros.



a. Bens de uso especial: compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros.

b. Bens dominiais/dominicais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados a reforma agrária, dentre outros.



c. Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.

d. Bens imóveis em andamento: compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos etc), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.

e. Demais bens imóveis: compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente. Exemplo: bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.

a. Valor Líquido Contábil

- b. É o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada, bem como das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.



a. Classe de Ativo Imobilizado

- a. Representa um agrupamento de ativos de natureza ou função similares nas operações da entidade, que é evidenciado como um único item para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.

a. Custo do Ativo

É o montante gasto ou o valor necessário para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção.



Valor Justo

É o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.



Depreciação

É a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Valor Depreciável

É o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo, menos o seu valor residual.

Exaustão

É a redução do valor, decorrente da exploração dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.



Valor Residual de um Ativo

É o valor estimado que a entidade obteria com a alienação do ativo, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil. O cálculo do valor residual é efetuado por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação. Assim, o valor residual seria o valor de mercado depois de efetuada toda a depreciação. O valor residual é determinado para que a depreciação não seja incidente em cem por cento do valor do bem, e desta forma não sejam registradas variações patrimoniais diminutivas além das realmente incorridas.



Vida Útil

O período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, ou número de unidade de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.



Princípio Geral do Reconhecimento

- A entidade deverá aplicar o princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes.
- Antes de efetuar a avaliação ou mensuração de ativos, faz-se necessário o reconhecimento do bem como ativo.



Princípio Geral do Reconhecimento

- O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.
- O custo de um item do imobilizado deve ser reconhecido como ativo sempre que for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade; e se o custo ou valor justo do item puder ser mensurado com segurança. Partindo dessa premissa, o item do imobilizado deve ter uma base monetária confiável.



Princípio Geral do Reconhecimento

- Itens como peças de reposição, equipamentos sobressalentes e equipamentos de manutenção devem ser reconhecidos como ativo imobilizado, quando atenderem à definição. Caso não atendam a definição de ativo imobilizado, devem ser classificados como estoques.
- Equipamentos militares especializados geralmente se enquadram na definição de ativo imobilizado, devendo ser reconhecidos como ativo.



Critério do Valor do Conjunto

- Pode ser apropriado agregar itens individualmente insignificantes, tais como livros de biblioteca, periféricos de computadores e pequenos itens de equipamentos. Ao aplicar o critério do valor do conjunto, é necessário exercer julgamento em relação ao reconhecimento das circunstâncias específicas da entidade.
- Aplicando o critério do valor do conjunto, a entidade avalia todos os seus custos de ativos imobilizados no momento em que eles são incorridos. Esses custos incluem custos incorridos inicialmente para adquirir ou construir um item do ativo imobilizado e os custos incorridos posteriormente para renová-los e substituir suas partes.



Ativos Imobilizados Obtidos a Título Gratuito

- Quando se tratar de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, estes devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.
- Deve ser evidenciado em notas explicativas o critério de mensuração ou avaliação dos ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, bem como a eventual impossibilidade de sua valoração, devidamente justificada.



Bens de Uso Comum do Povo

Os bens de uso comum do povo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural.

Ativos de Infraestrutura

- Ativos de infraestrutura são ativos que normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens do ativo imobilizado. Para serem classificados como ativos de infraestrutura, os mesmos deverão ser partes de um sistema ou de uma rede, especializados por natureza e não possuírem usos alternativos. Exemplos desses ativos incluem redes rodoviárias, sistemas de esgoto, sistemas de abastecimento de água e energia, rede de comunicação, pontes, calçadas, calçadões, dentre outros.



Bens de Uso Comum do Povo

- O reconhecimento e a mensuração dos ativos de infraestrutura seguem a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados.
- Em relação à depreciação dos ativos de infraestrutura, recomenda-se que cada componente de um item com custo significativo em relação ao custo total do item seja depreciado separadamente. Por exemplo, pode ser necessário que se deprecie separadamente a pavimentação, estruturas, meios-fios e canais, calçadas, pontes e iluminação de um sistema de rodovias.



Bens do Patrimônio Cultural

- O artigo 216 da Constituição Federal de 1988, conceitua patrimônio cultural como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira
- Ativos descritos como bens do patrimônio cultural são assim chamados devido a sua significância histórica, cultural ou ambiental. Exemplos incluem monumentos e prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais. Estes ativos são raramente mantidos para gerar entradas de caixa e pode haver obstáculos legais ou sociais para usá-los em tais propósitos.



Bens do Patrimônio Cultural

Certas características são geralmente apresentadas por bens do patrimônio cultural (apesar de não serem exclusivas de tais ativos):

- a. O seu valor cultural, ambiental, educacional e histórico provavelmente não é refletido totalmente no valor financeiro puramente baseado no preço de mercado;
- b. As obrigações legais ou estatutárias podem impor proibições ou restrições severas na alienação por venda;
- c. São geralmente insubstituíveis e seus valores podem aumentar ao longo do tempo mesmo se sua condição física se deteriorar;
- d. Pode ser difícil estimar sua vida útil, a qual em alguns casos pode ser centenas de anos.



- O reconhecimento e a mensuração desses ativos (Bens do Patrimônio Cultural) são facultativos. Porém, caso sejam registrados pelo ente, devem ser evidenciados conforme as normas apresentadas neste Manual.
- Um prédio histórico utilizado como escritório, pode possuir benefício econômico ou potencial de serviços além de seu valor cultural, neste caso, o ativo deve ser reconhecido e mensurado na mesma base de outros ativos imobilizados



Custos Subsequentes

O custo de um item do imobilizado deve ser reconhecido como ativo sempre que, cumulativamente:

- a. For provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade; e
- b. O custo ou valor justo do item puder ser mensurado com segurança, ou seja, em base monetária confiável.



- Assim, a entidade não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica do item (por exemplo: custos de mão-de-obra, produtos consumíveis). Esses custos são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.



- A entidade deve reconhecer no valor contábil de um item do ativo imobilizado o custo da reposição de parte desse item, sempre que houver uma melhoria ou adição complementar significativa no bem e se o custo puder ser mensurado com segurança. Além disso, o valor contábil das peças que são substituídas deve ser desreconhecido.



Questões

Ativo Imobilizado

NBC TSP 07



1. CEBRASPE (CESPE) - SEFAZ AL/2020) O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 conceitua patrimônio cultural como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A respeito das características dos ativos descritos como bens do patrimônio cultural, julgue o próximo item.

A mensuração de um bem do patrimônio cultural, assim como dos demais itens do ativo imobilizado, é realizada a partir do seu custo histórico.

Certo

Errado



2. VUNESP - TJ SP/2019) Um órgão adquiriu móveis e equipamentos por R\$ 345.500,00 em 02.01.2018. Para que estes bens estivessem disponíveis para uso, a entidade incorreu em gastos adicionais de R\$ 25.500,00 com instalação. Sabe-se que o valor residual destes bens móveis é de R\$ 50.000,00 e que a sua vida útil é de 15 anos.

Considerando os dados apresentados, pode-se afirmar que, nas demonstrações contábeis referentes a 31.12.2018, se reconheceu

- a) imobilizado no valor de R\$ 345.500,00.
- b) imobilizado no valor de R\$ 371.000,00.
- c) perda com ajuste a valor recuperável anual de R\$ 21.400,00.
- d) uma despesa no período de R\$ 25.500,00.
- e) depreciação acumulada no valor de R\$ 321.000,00.



3. COPEVE UFMG - UFMG/2019) A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 07 estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados. Sobre o ativo imobilizado no setor público, é CORRETO afirmar:

- a) Após o reconhecimento do ativo imobilizado, a entidade não pode escolher o modelo da reavaliação como sua política contábil.
- b) A referida norma exige que a entidade reconheça o patrimônio cultural que, de outra forma, se enquadraria na definição e nos critérios de reconhecimento de ativo imobilizado.
- c) O item do imobilizado que atenda aos critérios para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu valor de uso.
- d) Quando o ativo imobilizado é adquirido por meio de transação sem contraprestação, seu custo deve ser mensurado pelo valor justo na data da aquisição.



4. FUNDEP - Pref Lagoa Santa/2019) A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07 – dispõe sobre o ativo imobilizado.

Sobre a referida norma, assinale a alternativa incorreta.

- a) Essa norma exige que a entidade reconheça o patrimônio cultural que, de outra forma, se enquadraria na definição e nos critérios de reconhecimento de ativo imobilizado.
- b) O custo de item do ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e somente se: (a) for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços associados ao item fluirão para a entidade; e (b) o custo ou o valor justo do item puder ser mensurado confiavelmente.
- c) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para ele ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração compõem o custo desse ativo imobilizado.
- d) O item do imobilizado que atenda aos critérios para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo.



5. CEBRASPE (CESPE) - TCE-RO/2019) A secretaria de saúde de determinado estado da Federação formalizou a previsão de recursos para aquisição de equipamentos médicos necessários ao atendimento à população e, na sequência, tomou as providências cabíveis para a compra. A tabela a seguir mostra as informações acerca da referida aquisição.

equipamento	tomógrafo	raios X	cama hospitalar
quantidade	10	10	20
preço unitário (R\$ mil)	400	60	10
imposto não recuperável por unidade (%)	10	10	--
frete total (R\$ mil)	20	5	--
despesa administrativa por aquisição (R\$ mil)	10	--	2
custo total para instalação (R\$ mil)	40	10	--

Tendo-se como referência a tabela apresentada, é correto afirmar que, no ativo imobilizado da secretaria, o gestor deverá contabilizar o valor de

- a) R\$ 4.800.000.
- b) R\$ 5.260.000.
- c) R\$ 5.285.000.
- d) R\$ 5.335.000.
- e) R\$ 5.347.000.



6. IBFC - FSA/2019) São considerados custos diretamente atribuíveis ao Imobilizado, conforme (NBC TSP 07) Ativo Imobilizado:

- I. Benefícios a empregados decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado.
- II. Preparação do local.
- III. De abertura de nova instalação.
- IV. Instalação e montagem.
- V. Honorários profissionais. Assinale a alternativa correta.

- a) I, III e V apenas
- b) II e IV apenas
- c) I, II, IV e V apenas
- d) I, II, III, IV e V



7. CPCC UFES - UFES/2019) Sobre os procedimentos que a entidade pública deve adotar na mensuração após o reconhecimento do ativo, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, é INCORRETO afirmar:

- a) A entidade deve escolher o modelo do custo ou o modelo da reavaliação como sua política contábil e deve aplicar tal política para a classe inteira de ativos imobilizados.
- b) No modelo de custo, após o reconhecimento como ativo, o item do ativo imobilizado deve ser apresentado pelo custo menos qualquer depreciação e qualquer perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
- c) Cada componente de item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente.
- d) A indenização de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido objeto de redução ao valor recuperável, extraviados ou abandonados deve ser reconhecida como reservas de indenizações quando a indenização se tornar recebível.
- e) O valor contábil de item do imobilizado deve ser desreconhecido por ocasião de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com sua utilização ou alienação.

8. COCP IFMT - IF MT/2019) Em observância aos preceitos da NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, alguns critérios devem ser utilizados para reconhecer o custo de um item do Ativo Imobilizado. Nas sentenças a seguir, a única alternativa que representa um exemplo de gasto que não faz parte do custo de um item do imobilizado é:

- a) Seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- b) Honorários profissionais, custos de instalação e montagem, custos de fretes e manuseio.
- c) Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas decorrentes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição.
- d) Despesas administrativas e outros gastos indiretos, gastos de abertura de nova instalação, gastos incorridos na introdução de novos produtos ou serviços, gastos de transferência das atividades para novo local.
- e) Custos de benefícios a empregados decorrentes diretamente da construção ou aquisição do item do ativo imobilizado.



9. CPCON UEPB - CM Santa Rita/2019) A respeito da norma NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, avalie as proposições a seguir, assinalando V para as verdadeiras e F para as falsas:

- () Após o reconhecimento como ativo, o item do ativo imobilizado deve ser apresentado pelo custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
- () O item do imobilizado que atenda aos critérios para reconhecimento como ativo não deve ser mensurado pelo seu custo.
- () Quando o ativo é adquirido por meio de transação sem contraprestação, seu custo deve ser mensurado pelo valor justo na data da aquisição.

A sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses é:

- a) V, F e V.
- b) V, V e V.
- c) F, V e F.
- d) F, F e F.
- e) F, V e V.



10. Instituto AOCP - CM C Sto Agostinho/2019) No que concerne à reavaliação do ativo imobilizado nas entidades do setor público, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na reavaliação de bens móveis específicos, a estimativa do valor justo pode ser realizada utilizando-se o valor de reposição do bem devidamente depreciado.
- b) As empresas estatais dependentes seguem normas específicas quanto à reavaliação.
- c) Se um item do ativo imobilizado for reavaliado, é necessário que toda a classe de contas do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo seja reavaliada.
- d) O valor do ajuste decorrente da atualização ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado.



11. FGV - ALERO/2018) De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, alguns ativos, como monumentos e obras de arte, são definidos como “patrimônio cultural” devido à sua relevância cultural, ambiental ou histórica.

Assinale a opção que indica o posicionamento da norma em relação a esses ativos.

- a) A norma proíbe o reconhecimento como ativo imobilizado.
- b) A norma exige o reconhecimento como ativo imobilizado, a aplicação da divulgação e a mensuração definidas pela norma.
- c) A norma exige o reconhecimento como ativo imobilizado, mas faculta a aplicação da divulgação e da mensuração definidas pela norma.
- d) A norma faculta o reconhecimento como ativo imobilizado, mas, se a entidade o reconhece, deve aplicar as exigências de divulgação e mensuração definidas pela norma.
- e) A norma faculta o reconhecimento como ativo imobilizado, mas, se a entidade o reconhece, deve aplicar as exigências de divulgação, podendo optar pelas exigências de mensuração definidas pela norma.



12. VUNESP - Pref Registro/2018) De acordo com os preceitos contábeis aplicáveis no setor público, conforme abordado pelo MCASP, quando se tratar de ativos imobilizados obtidos a título gratuito por uma entidade pública, estes devem ser registrados pelo

- a) valor de custo histórico.
- b) valor justo na data de sua aquisição.
- c) preço de transferência.
- d) valor de fluxo de caixa.
- e) valor residual líquido.



14. COCP IFMT - IF MT/2019) Para que seja possível a contabilização ou registro dos fatos contábeis, é necessário o entendimento de algumas definições, conceitos e nomenclaturas. Conforme estabelece a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, o significado de Valor Contábil é:

- a) O custo do ativo ou outro montante que substitua seu custo, menos seu valor residual.
- b) É o montante estimado que a entidade obteria com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade, a condição e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil.
- c) É o montante pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
- d) É a alocação sistemática do valor depreciable de ativo ao longo da sua vida útil.
- e) É o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo do ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou incorrer para a liquidação do passivo.



15. CEBRASPE (CESPE) - TRE BA/2017) No ativo imobilizado de uma entidade do setor público, devem ser reconhecidos, obrigatoriamente, os

- a) direitos que tenham por objeto bens incorpóreos.
- b) bens de uso comum do povo em cuja construção tenham sido empregados recursos públicos.
- c) estoques de material de consumo, cuja utilização não deve ultrapassar dois anos.
- d) bens do patrimônio cultural, como monumentos, prédios históricos e reservas naturais.
- e) custos de manutenção periódica de bens móveis, tais como veículos e equipamentos de informática.

